

PSDB não fecha questão pela cassação

Tucanos querem impedir Arruda de votar na sessão do Conselho de Ética

• BRASÍLIA. A Executiva do PSDB decidiu, ontem à noite, não adotar uma posição partidária para a votação do Conselho de Ética, na quarta-feira, sobre a abertura de processo de cassação por quebra do decoro parlamentar contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Mas isto não impedirá que esta decisão venha a ser adotada pela convenção do PSDB, que se reúne hoje e amanhã, para eleger a nova direção nacional dos tucanos.

O partido decidiu que vai brigar para tirar do senador José Roberto Arruda (sem par-

tido-DF) o direito de votar no Conselho de Ética. Apesar de Arruda ter sido eleito para o Conselho, os tucanos alegam que ele perdeu o direito à vaga depois de seis faltas consecutivas. No seu lugar, votaria o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

— Essa questão (do voto ao relatório do senador Saturnino Braga) não pertence à Executiva. Os senadores do PSDB no Conselho de Ética vão agir de acordo com suas consciências. Temos absoluta confiança nas escolhas éticas de nossos senadores — afirmou o secretário-geral do partido, deputado Márcio Fortes (RJ).

Arruda entregou ontem à Mesa Diretora atestados médicos para justificar as seis ausências que teve em reuniões do Conselho de Ética. Antero vai contra-argumentar levando a lista de presenças no Senado, nos mesmos dias das reuniões do Conselho em que Arruda supostamente estaria doente.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), o diretório municipal de São Paulo e o diretório regional do Mato Grosso devem submeter moção pela cassação de Antonio Carlos e Arruda para os 692 delegados.

A direção do PSDB decidiu que a Executiva não poderia fechar questão porque isso

poderia provocar uma reação do PFL e dos senadores carlistas. O temor dos tucanos é que o gesto do partido pudesse vir a contribuir para que senadores pefelistas assinassem o requerimento do líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), criando uma CPI da Corrupção que funcionaria apenas no Senado. Dutra anunciou ontem que, mesmo que consiga recolher as 27 assinaturas necessárias para a instalação da CPI da Corrução, não protocolará o requerimento antes que seja confirmada a abertura do processo de cassação contra Antonio Carlos e Arruda. ■